

# O poder no capitalismo dos profissionais

ARTIGO EM FOCO:

## A organização e o novo conceito de capital no capitalismo tecnoburocrático

Luiz Carlos Bresser-Pereira e Regina S. V. Pacheco

A forma de sociedade existente hoje nos países ricos e nos países de renda média não é o capitalismo clássico, no qual o capital é a relação dominante na sociedade, mas, sim, o capitalismo tecnoburocrático, no qual o fator estratégico de produção é a organização, argumentam Luiz Carlos Bresser-Pereira e Regina Pacheco, professores da FGV-EAESP. Também chamado de capitalismo dos profissionais ou de capitalismo do conhecimento, esse sistema emergiu na Segunda Revolução Industrial, quando a unidade básica de produção deixou de ser a família para ser a organização burocrática empresarial; e quando surgiu a tecnoburocracia como terceira classe social entre a burguesia e os trabalhadores.

De mero estamento burocrático a serviço dos monarcas, no século XX, a tecnoburocracia, ou classe profissional, assumiu o caráter de uma classe social, na medida em que o enorme aumento do número de seus membros implicou um salto qualitativo. Essa nova classe exerce funções técnicas e administrativas de planejamento e coordenação em grandes organizações burocráticas, públicas ou privadas. Faz a gestão, e não o controle; assim, partilha e disputa poder e privilégio com os clássicos capitalistas. Grande e diversificada, essa classe ora se alia ao Estado e ao desenvolvimento econômico, ora às empresas e ao seu crescimento.

De acordo com os autores, diferente do que acontece no capitalismo clássico, em que o capitalista possui diretamente a propriedade do instrumento de produção, no capitalismo tec-

noburocrático, o profissional tem o controle da organização burocrática. É essa organização burocrática, por sua vez, que detém a propriedade dos instrumentos de produção, das mercadorias e do dinheiro necessários para empregar trabalhadores e realizar a produção. O controle não é realizado individualmente, como acontecia antes, mas coletivamente, por um grupo de profissionais.

A distinção essencial entre o capitalismo clássico e o modo de produção tecnoburocrático baseia-se, segundo Bresser-Pereira e Pacheco, na natureza diversa das relações de produção. No capitalismo clássico, a propriedade é privada e a classe dominante é a burguesia. Na sociedade tecnoburocrática, a propriedade é coletiva e a classe dominante é constituída pelos profissionais.

Os altos executivos de empresas privadas e a alta burocracia pública são capazes de definir sua própria remuneração, mas não de modo pleno, uma vez que detêm a propriedade coletiva da organização, e não a propriedade legal. Eles precisam constantemente justificar suas ações, enquanto o capitalista está livre para fazer uso de sua propriedade em seu próprio benefício e no benefício de sua família. O mesmo acontece nos sistemas estatais.

A propriedade dos profissionais não é herdada, ao contrário da propriedade capitalista e pré-capitalista. A nova classe média profissional precisa adotar várias estratégias para transmitir suas posições de classe a seus filhos e filhas, enquanto esse processo é relativamente automático no caso das classes capitalistas e, sobretudo, nas aristocráticas.

Para os autores, isso significa que a propriedade organizacional é menos definida e menos autoritária do que a propriedade capitalista. Significa também que a organização é uma relação de produção que oferece menor estabilidade a seus proprietários do que o capital. E explica por que a mobilidade social tende a ser maior no capitalismo dos profissionais do que no capitalismo clássico. Entretanto, o ideal meritocrático está longe de ser realidade, porque a remuneração dos altos executivos se torna elevada, e a renda acaba se concentrando.

Atualmente, o valor de uma empresa é dado pelo valor potencial de seu fluxo de caixa, o que depende da qualidade da gestão da alta direção. Isso explica por que esta vê sua renda e seu poder aumentarem diariamente. Explica, também, por que a influência dos acionistas está sendo sistematicamente reduzida e por que, de maneira perversa, o abuso e a corrupção, em especial sob a forma de falsos demonstrativos contábeis, tornaram-se tão comuns.

De acordo com Bresser-Pereira e Pacheco, não é possível afirmar que a dominação tecnoburocrática seja inevitável. Além de o poder tecnoburocrático ser contestado de tempos em tempos pela burguesia rentista, também entra em conflito com os trabalhadores e as classes médias de empregados (o estrato inferior da classe profissional), que faz pressão por mais democracia. Entretanto, apesar de o poder político ter historicamente transitado do autoritarismo para a democracia nas sociedades nacionais, nas organizações empresariais, não obstante todas as tentativas de autogestão, o poder mantém-se hierárquico, pois a competição no mercado requer decisões rápidas e coordenadas que só se mostraram viáveis dessa forma.

Fale com o autor: [l Luiz.Bresser@fgv.br](mailto:l Luiz.Bresser@fgv.br)